

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura  
Período de Análise: 01 a 31 de Outubro de 2008.  
Área Temática: Política de Crédito**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

<b>Prazo para renegociação de dívidas é prorrogado até 14/11</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 01/10/2008 .....	4
<b>Governo vai antecipar R\$ 5 bi para agricultores</b> – Sheila D'Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro - 02/10/2008 .....	5
<b>MAIS DE OITO MIL AGRICULTORES CADASTRADOS NO PRONAF MAIS ALIMENTOS</b> – Sítio eletrônico da Fetraf – 06/10/2008.....	5
<b>Prazo para renegociação de dívidas é prorrogado até 14 de novembro</b> .....	6
- Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf sul – 06/10/2008.....	6
<b>Alta do dólar ensaia compensar impacto da redução dos preços</b> – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro - 07/10/2008 .....	6
<b>Falta de crédito no plantio é o que mais preocupa</b> – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro - 07/10/2008 .....	7
<b>Renegociação ainda não beneficia agricultores inscritos em Dívida Ativa da União</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 07/10/2008 .....	7
<b>Agricultura prepara novas medidas contra a crise</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/10/2008 .....	8
<b>Agronegócio vê ação do BC como ajuda a exportação</b> – Roberto Samora – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/10/2008.....	9
<b>Crise deve afetar setor sucroalcooleiro</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/10/2008 .	10
<b>Segunda Quinzena</b>	
<b>JORNADA MUNDIAL DE JEJUM E ORAÇÃO PELA PAZ E SOBERANIA ALIMENTAR</b> – Sítio Eletrônico da CPT – 16/10/2008.....	10
<b>Dia Nacional de Luta pela Soberania Alimentar e Contra o Agronegócio</b> – Sítio Eletrônico da CPT – 16/10/2008 .....	13
<b>Ruralistas pegam carona na MP 442 e pedem nova renegociação de dívidas</b> – Denise Madueño – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/10/2008 .....	14
<b>Agricultores do Pronaf A/C podem aderir à renegociação</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 16/10/2008.....	14

<b>Polícia gaúcha reprime com violência manifestações no Dia Mundial da Alimentação – Sítio Eletrônico da CPT – 17/10/2008.....</b>	<b>15</b>
<b>Crédito para o plantio – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 17/10/2008 .....</b>	<b>18</b>
<b>Falta de crédito frustra plano de safra – Márcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/10/2008 .....</b>	<b>19</b>
<b>Área plantada deve ser mantida – Márcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/10/2008 .....</b>	<b>20</b>
<b>Governo pretende acelerar desoneração do agronegócio – Leandra Peres – Folha de São Paulo – Dinheiro - 28/10/2008 .....</b>	<b>21</b>
<b>Produtores rurais prevêem ciclo de dívidas – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro - 28/10/2008 .....</b>	<b>22</b>
<b>CMN aprova ajuda a tradings do setor rural – Folha de São Paulo – Dinheiro - 31/10/2008 .....</b>	<b>23</b>
<b>Crédito agrícola tem mais R\$ 2,5 bilhões com novas regras da poupança rural – Sítio Eletrônico do MAPA – 31/10/2008.....</b>	<b>23</b>
<b>Ampliado bônus do PGPAF para operações de investimento – Sítio eletrônico do MDA – 31/10/2008 .....</b>	<b>24</b>

## **Prazo para renegociação de dívidas é prorrogado até 14/11 – Sítio Eletrônico do MDA – 01/10/2008**

O prazo para aderir à renegociação das dívidas de operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Crédito Fundiário, do Banco da Terra, da Cédula da Terra e do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera) foi prorrogado até o dia 14 de novembro. A medida foi tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em reunião nesta terça-feira (30), por solicitação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), já que muitos potenciais beneficiários da renegociação ainda não haviam feito seu pedido junto aos bancos.

Cerca de 536 mil agricultores familiares e assentados da reforma agrária serão beneficiados com mais essa oportunidade de comparecer aos agentes financeiros e assinar o termo de adesão. O diretor de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, explica que é muito simples para o agricultor aderir, basta fazer uma solicitação simples, com nome completo, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e no termo dizer que está aderindo à renegociação de dívidas rurais da Lei 11.775/08 (antiga Medida Provisória 432).

“Com essa adesão, o agricultor poderá ter novas oportunidades de financiamentos rurais como o do Pronaf, ou seja, vai estar apto a tomar novos créditos para dar continuidade ao seu trabalho na propriedade. Além disso, poderá obter novos crédito no comércio em geral”, afirma Guadagnin.

Após o prazo de adesão, os bancos farão análise do caso de cada agricultor para que, até 31 de dezembro, seja informado sobre a situação de sua dívida e possa optar pelo pagamento integral da dívida ou pela renegociação, ou seja, alongar o prazo de pagamento. Os agricultores familiares que optarem por liquidar suas dívidas terão descontos que podem chegar a 90%.

“Aqueles que não aderirem perderão essa oportunidade. Além disso, caso o agricultor familiar beneficiário dessa medida de renegociação não se manifeste até 14 de novembro, poderá ficar impedido de efetuar transações financeiras, como manter conta em banco e tomar empréstimos. Em alguns casos, o nome desse agricultor poderá ser inscrito na Dívida Ativa da União”, avisa o diretor.

Mais informações sobre a adesão podem ser obtidas nos bancos ou no site da Secretaria de Agricultura Familiar ([www.mda.gov.br/saf](http://www.mda.gov.br/saf)).

## **Governo vai antecipar R\$ 5 bi para agricultores – Sheila D'Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro - 02/10/2008**

Para tentar amenizar a escassez de linhas de financiamento externas para o setor agrícola, o governo decidiu antecipar a liberação de R\$ 5 bilhões que o Banco do Brasil previa usar somente no Plano de Safra do ano que vem.

A medida emergencial, anunciada ontem pelo ministro Guido Mantega (Fazenda), é uma alternativa ao aumento, neste momento, na parcela dos depósitos à vista que os bancos captam dos clientes e são obrigados a direcionar para agricultura, a chamada "exigibilidade", para irrigar o setor.

O principal alvo da liberação do dinheiro são os grandes produtores de grãos, já que são eles os mais afetados pela falta de crédito no atual período de plantio. Para plantar, os agricultores contam basicamente com três fontes de recursos: capital próprio, dinheiro que o governo anuncia para os financiamentos dentro dos planos de safra e os empréstimos de tradings e de fornecedores. Estes últimos, por sua vez, costumam tomar dinheiro no exterior, seja com bancos ou mesmo suas matrizes.

Os financiamentos das tradings e de fornecedores respondem por cerca de 30% do dinheiro necessário para o plantio da safra, que custa R\$ 120 bilhões, segundo o diretor de agronegócio do Banco do Brasil, José Carlos Vaz. "O capital próprio representa outros 30%, e o Plano de Safra, 40%."

Como a disponibilidade de crédito externo caiu, os produtores que usavam essas fontes de recursos aumentaram a demanda por empréstimos no BB. Para atender esses agricultores, o banco, no entanto, precisava aumentar os R\$ 11 bilhões estimados em abril, quando fez sua previsão de financiamentos para esta safra.

No ano que vem, quando espera-se que a situação esteja mais calma, o governo decidirá como recompor os recursos para o plano de safra do BB. Uma alternativa para cobrir os R\$ 5 bilhões antecipados neste ano é aumentar a parcela dos depósitos à vista direcionados para o crédito agrícola que atualmente está em 25%.

Mas isso implica redução da parte desses recursos que os bancos são obrigados a recolher ao BC, o chamado depósito compulsório. A redução do compulsório agora chegou a ser cogitada no governo, mas a antecipação dos R\$ 5 bilhões foi avaliada como "saída melhor".

O volume de depósitos à vista (em conta corrente) também está em queda nos últimos meses, o que reduz a parcela que vai para agricultura. Esse é outro motivo que ajudou a pressionar o BB. Por isso, o governo quer esperar para avaliar melhor os desdobramentos do cenário internacional na movimentação de recursos na economia antes de mexer nos compulsórios, embora a redução tenha sido mencionada em reunião da coordenação política, ontem, como alternativa para elevar a oferta de crédito.

## **MAIS DE OITO MIL AGRICULTORES CADASTRADOS NO PRONAF MAIS ALIMENTOS – Sítio eletrônico da Fetraf – 06/10/2008**

Até esta segunda-feira (06.10), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul) já havia cadastrado 8453 agricultores familiares nos três estados do Sul para acessar os recursos do Plano Safra Mais Alimentos. Desses 3479 são do Paraná, 2886 de Santa Catarina, e 2089 do Rio Grande do Sul e o valor total da demanda é de R\$ 380.620.966,99.

O maior valor demandado fica com Santa Catarina atingem valor de R\$144.337.047. Logo após, o Paraná aparece com R\$ R\$140.470.126,00 e o Rio Grande do Sul R\$95.813.793,00. Os recursos de investimento demandados até agora no Mais Alimentos está sendo destinado em Máquinas e Equipamentos, leite e derivados e agricultura e outros dos recursos. A Fetraf-Sul está realizando contatos com várias instituições financeiras para operar os recursos demandados pelos agricultores. O cadastro continua e os agricultores interessados em acessar ao crédito devem comparecer no Sindicato da Agricultura Familiar de seu município, munido do CPF e Carteira de Identidade do casal e fazer a inscrição informando qual a cultura deseja investir para ser financiada pelo Mais Alimentos.

**Prazo para renegociação de dívidas é prorrogado até 14 de novembro - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul – 06/10/2008**

O prazo para aderir à renegociação das dívidas de operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Crédito Fundiário e do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procerá) foi prorrogado até o dia 14 de novembro. A medida foi tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em reunião nesta terça-feira (30), por solicitação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), já que muitos potenciais beneficiários da renegociação ainda não haviam feito seu pedido junto aos bancos. Cerca de 536 mil agricultores familiares e assentados da reforma agrária serão beneficiados com mais essa oportunidade de comparecer aos agentes financeiros e assinar o termo de adesão.

O diretor de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, explica que é muito simples para o agricultor aderir, basta fazer uma solicitação simples, com nome completo, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e no termo dizer que está aderindo à renegociação de dívidas rurais da Lei 11.775/08 (antiga Medida Provisória 4320).

“Com essa adesão, o agricultor poderá ter novas oportunidades de financiamentos rurais como o do Pronaf, ou seja, vai estar apto a tomar novos créditos para dar continuidade ao seu trabalho na propriedade. Além disso, poderá obter novos crédito no comércio em geral”, afirma Guadagnin. Após o prazo de adesão, os bancos farão análise do caso de cada agricultor para que, até 31 de dezembro, seja informado sobre a situação de sua dívida e possa optar pelo pagamento integral da dívida ou pela renegociação, ou seja, alongar o prazo de pagamento.

Os agricultores familiares que optarem por liquidar suas dívidas terão descontos que podem chegar a 90%. “Aqueles que não aderirem perderão essa oportunidade. Além disso, caso o agricultor familiar beneficiário dessa medida de renegociação não se manifeste até 14 de novembro, poderá ficar impedido de efetuar transações financeiras, como manter conta em banco e tomar empréstimos. Em alguns casos, o nome desse agricultor poderá ser inscrito na Dívida Ativa da União”, avisa o diretor.

Atualizado em ( 29-Out-2008

**Alta do dólar ensaia compensar impacto da redução dos preços – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro - 07/10/2008**

A perspectiva de que o câmbio se acomode num patamar mais elevado alimenta a esperança do agronegócio de que "o limão" da turbulência dos mercados financeiros resulte numa "limonada" para o setor.

Os preços na Bolsa de Chicago fecharam ontem em baixa expressiva tanto em relação às cotações do fim do ano passado quanto na comparação com os recordes em 2008.

Muito desse movimento se explica pela busca de determinados setores de levantar recursos diante de perdas severas em outros setores da economia.

O bushel de soja (27,2 kg) terminou o dia em US\$ 9,22, recuo de 44,6% em relação à máxima de US\$ 16,63 alcançada em 3 de julho. Em relação a dezembro, a baixa é de 23,1%. Já o bushel de milho (25,4 kg) ficou em US\$ 4,24, queda de 44,6% ante o pico de US\$ 7,65, registrado em 27 de junho. Na comparação com os US\$ 4,56 do fim de 2007, o recuo é de 7%.

Segundo a Bloomberg, os investidores em índices referenciados em commodities retiraram US\$ 10,2 bilhões dos contratos futuros agrícolas no terceiro trimestre. De acordo com o UBS, os saques ultrapassaram o total de captações contabilizado desde 2006.

Os fluxos de entrada de capital somaram US\$ 9,9 bilhões do terceiro trimestre de 2006 ao segundo trimestre de 2008, disse John Reade, analista do banco em Londres, em relatório divulgado ontem.

Para Amaryllis Romano, economista da Tendências Consultoria, essa é a comprovação de que a queda dos preços agrícolas se deve à instabilidade econômica global e não se explica por fundamentos dos mercados agropecuários.

"Não há fundamentos que expliquem essa baixa tão intensa. Como também não havia quando ocorreram as fortes altas há alguns meses", afirma.

**Oportunidade cambial** - Mesmo com essa instabilidade, a depreciação do real tem propiciado boas oportunidades. Empresas mais capitalizadas vêm conseguindo, nas últimas semanas, exportar álcool combustível a um preço equivalente a R\$ 1,20 o litro, enquanto o mercado interno paga R\$ 0,92, relata Marcos Escobar, consultor de gerenciamento de risco da FCStone.

O açúcar propicia outro exemplo da vantagem da mudança do câmbio. Em Nova York, o preço passou de 15,50 para 12 centavos de dólar por libra-peso. Em compensação, o dólar subiu de R\$ 1,60 para perto de R\$ 2,20, compara Tarcilo Rodrigues, diretor-executivo da Bioagência Consultoria.

**Falta de crédito no plantio é o que mais preocupa** – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro - 07/10/2008

A falta de crédito é o que mais preocupa o campo neste momento, diz Márcio Lopes de Freitas, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras. "O plano de safra prevê R\$ 45 bilhões em financiamentos oficiais. Numa estimativa conservadora, pelo menos a mesma quantia vem do mercado. Essa fonte vem encurtando", afirma.

"Ao menos o governo tem dado sinais de estar atento", diz Pedro de Camargo Neto, da Abipecs, associação de exportadores de carne suína.

"É complicado plantar com o dólar acima de R\$ 2 e colher com R\$ 1,80 [patamar que a Tendências espera para o fim do primeiro trimestre, quando se intensifica a comercialização da nova safra de verão]", diz Amaryllis Romano, economista da consultoria. "Usinas também têm dificuldades para renovar crédito", diz Marcos Escobar, da FCStone.

O dólar acima de R\$ 2 deu mais competitividade à pecuária, diz Fabiano Tito Rosa, da Scot Consultoria. O preço da arroba do boi, que chegou a US\$ 59, voltou a US\$ 45, valor semelhante ao de Uruguai e Paraguai. (GF)

**Renegociação ainda não beneficia agricultores inscritos em Dívida Ativa da União** – Sítio Eletrônico do MDA – 07/10/2008

Agricultores familiares e assentados da reforma agrária que têm dívidas inscritas em Dívida Ativa da União (DAU), ou que venham a ser incluídos até 29 de maio de 2009, poderão renegociar operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procer) até 30 de junho de 2009, com prazo para a quitação de até dez anos. Caso queiram liquidar a dívida, os agricultores têm até 30 de dezembro de 2009 para ir aos bancos, com descontos que variam de 38% a 70%.

Cerca de 85 mil agricultores familiares e assentados estão inscritos da DAU. A inscrição envolve operações realizadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) nos bancos oficiais federais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) com mais de 180 dias de inadimplência.

O diretor de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, explica que os agricultores nesta situação devem aguardar a regulamentação do processo de negociação pela Procuradoria Geral da Fazenda (PGF) para que possam ser beneficiados com os descontos estabelecidos na Lei nº 11.775 (antiga MP 432). "Esses agricultores devem esperar. As providências para que os bancos possam renegociar essas dívidas estão sendo adotadas pela Procuradoria", afirma Guadagnin. As operações realizadas com recursos do OGU são dos grupos A, A/C e B e das linhas especiais Pronaf Jovem, Pronaf Floresta e Pronaf Semi-árido.

**Agricultura prepara novas medidas contra a crise – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/10/2008**

**Entre elas, está a colocação de cerca R\$ 5 bilhões em crédito de bancos privados - Ex-ministro da pasta, Roberto Rodrigues afirma que crise dos mercados financeiros pode prejudicar a safra de 2010 no país**

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, anunciou ontem que duas medidas devem ser anunciadas nesta semana pelo governo federal para amenizar a falta de crédito causada pela crise do sistema financeiro internacional.

A primeira delas é colocação de cerca R\$ 5 bilhões de bancos privados à disposição dos produtores para a retirada de créditos para financiar o plantio da atual safra. Isso ocorreria por meio da diminuição da alíquota dos depósitos compulsório, medida que encontrava resistência no Tesouro.

"Possivelmente isso será aprovado no decorrer desta semana", disse o ministro, que colocou na mesma probabilidade o pedido feito no final da semana passada pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) de desclassificação do risco daqueles que renegociaram as suas dívidas.

Os produtores endividados dizem que, por conta dessas parcelas a pagar, têm encontrado dificuldades nos bancos para captar recursos para financiar a nova safra. De acordo com o ministro, cerca de 20% dos produtores estão nessa situação, o que, segundo ele, deve levar à aprovação da desclassificação do grau de risco em reunião extraordinária do CMN (Conselho Monetário Nacional) que pode ser agendada para amanhã.

Outro pedido da CNA, o de prorrogar para maio a parcela da renegociação da dívida que vence neste mês, não deve ser aprovado. Apesar da falta de crédito, o governo, os produtores e o Banco do Brasil não acreditam em queda na produção de grãos na safra 2008/ 2009. "Temos 2.000 agências no país ligadas diretamente ao setor. Nelas, o clima por enquanto é de manutenção do



ritmo da safra passada. Todos estão plantando", disse o vice-presidente de agronegócio do BB, o ex-ministro da Agricultura Luís Carlos Guedes Pinto.

**Rodrigues** - No Rio, o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues afirmou ontem que a crise dos mercados financeiros pode prejudicar a safra de 2010. Segundo ele, a de 2009 já está sendo plantada e os insumos foram comprados no primeiro semestre, quando os preços estavam adequados para o setor.

"Para 2010, pode haver um problema na hipótese de descasamento da renda na colheita da safra do ano que vem", disse, durante evento.

De acordo com Rodrigues, a crise afeta o país de duas formas, tanto por meio do custo mais alto de produção, com gastos mais elevados com fertilizantes, quanto pelo estrangulamento do crédito.

"Temos um descasamento direto aí, afetado depois pela crise, com redução de ACC [Adiantamento de Contrato de Câmbio] e com a redução de financiamento das multinacionais. O resumo da ópera é uma safra mais cara, com menos crédito", disse.

Para ele, se a crise persistir por mais tempo, o poder de compra dos países emergentes pode ser afetado, o que teria impacto sobre o consumo dos alimentos e levaria a uma queda dos preços de commodities agrícolas.

Para Rodrigues, o governo deveria fazer valer a lei dos preços mínimos, recalculando agora os valores com base nos novos custos de produção e colocando recursos do orçamento para que a lei seja cumprida na colheita. "Existe uma lei muito antiga, dos anos 1970, que estabelece que, quando os preços de mercado caem abaixo do custo de produção, o governo paga ou a diferença ou compra o produto, tirando do mercado e fazendo a regulação entre oferta e demanda", disse.

#### **Agronegócio vê ação do BC como ajuda a exportação** – Roberto Samora – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/10/2008

A agricultura brasileira será afetada pela crise de crédito na safra 2008/09, uma vez que o plantio de grãos começou no meio da turbulência financeira, mas as medidas anunciadas pelo Banco Central poderão chegar a tempo de remediar o aperto no financiamento da exportação.

"O principal problema que afeta hoje o agronegócio, e em particular as exportações do agronegócio, é a insuficiência de recursos para as operações de financiamento a exportações (chamadas de ACCs). E as medidas adotadas já pelo Banco Central visam, em parte, atenuar essa insuficiência de recursos", disse o ex-ministro da Agricultura Pratini de Moraes.

Para Pratini, a maioria dos agricultores pisou no freio diante dos problemas para obter crédito na hora da preparação da safra, e a área plantada "deve crescer muito pouco (em relação ao ano passado), se é que cresce".

Por isso, ressaltou ele, a priorização dos ACCs (Adiantamentos de Contrato de Câmbio), que financiam metade das exportações do país, seria uma forma de compensar um problema que já chegou ao campo.

Ontem, o Banco Central fez mais ajustes nas regras dos compulsórios, elevando a pouco mais de R\$ 100 bilhões os recursos que podem ser injetados na economia. Representantes do setor exportador e do segmento de insumos concordam que as medidas podem surtir efeito. "Tudo o que turbinar o crédito agora temos que ser a favor, sobretudo com enfoque da safra de verão. Tudo o que der confiança, pois estávamos já vivendo um primeiro momento de crise de crédito", disse Eduardo Daher, diretor-executivo da Anda (Associação Nacional para Difusão de Adubos).

Já Sérgio Mendes, diretor-geral da Anec (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais), espera que uma parte do crédito gerado pelas medidas do BC possa atender à agricultura de exportação, num momento em que as tradings multinacionais, que financiam a agricultura de larga escala, restringiram os financiamentos.

O agronegócio responde por cerca de 35% das exportações anuais do Brasil.

\*Com **RODRIGO VIGA GAIER**, da Reuters

### **Crise deve afetar setor sucroalcooleiro** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/10/2008

A crise de crédito é uma ameaça à expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil e pode reduzir a demanda por etanol, com as previsões de uma desaceleração nas vendas de carros flex, disse a trading ED&F Man, num relatório mensal divulgado ontem. Alívio só para os exportadores, que vão se beneficiar com a desvalorização do real. Com o dólar fortalecido, a tendência seria uma alta de investimentos, o que não deve ocorrer, com o crédito curto.

O crédito menor também limita as vendas de carros flex, responsáveis em boa parte pela demanda doméstica do setor. "O aumento anual na demanda pode ver uma desaceleração significativa para a próxima temporada", diz o estudo.

### **JORNADA MUNDIAL DE JEJUM E ORAÇÃO PELA PAZ E SOBERANIA ALIMENTAR** – Sítio Eletrônico da CPT – 16/10/2008

#### **“Águas para a Paz” - MANIFESTO**

Por 24 dias, ao final de 2007, em Sobradinho-BA, Brasil, o bispo franciscano Dom Frei Luiz Flavio Cappio fez jejum e oração contra o Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco para a região setentrional do Nordeste brasileiro, e em favor de um programa de convivência com o Semi-árido e pela revitalização verdadeira e integral da Bacia do Rio São Francisco. A Pax Christi Internacional está outorgando o seu Prêmio da Paz 2008 (*2008 Pax Christi International Peace Award*) ao bispo e aos que com ele lutaram ou foram solidários. A entrega se dará durante a 5ª Romaria das Águas, da qual participarão dezenas de entidades e milhares de pessoas, em Sobradinho, em 18 e 19 de outubro de 2008, com o tema “Águas para a Paz”.

Em plena Semana Mundial da Alimentação, os movimentos sociais e organizações populares do São Francisco e do Nordeste, a Via Campesina Brasil e a Pax Christi Internacional vão realizar uma Jornada Mundial de Jejum pela Paz e pela Soberania Alimentar, entre os dias 16 e 18

de outubro de 2008, integrada à Jornada da Via Campesina Brasil contra os *transgênicos*. Trata-se também de continuidade ao Movimento Jejum Solidário que se formou em apoio a dom Cappio e que congregou centenas de pessoas em todo o mundo. Por um ou mais dias, anônima ou publicamente, estas pessoas e grupos jejuaram solidariamente, dando novos contornos, energias e visibilidade à luta por um outro mundo, outro desenvolvimento, outros modelos de vida e produção, outras relações humanas – centrados na justiça, na solidariedade e na paz. Este Movimento une Política e Espiritualidade, na melhor tradição da Não Violência e Firmeza Permanente, de Gandhi, Luther King e tantos outros, e que remonta ao próprio Jesus Cristo.

Com este gesto queremos chamar atenção para as questões gravíssimas dos conflitos crescentes pela água, da qual 1/3 da população mundial está excluída; da crise ambiental, mais séria que a crise econômico-financeira atual; do gradativo controle dos territórios, da produção e do acesso à comida por algumas poucas empresas transnacionais. Ao mesmo tempo em que se convive com abundância e desperdício de bens pelos ricos, cresce a produção de alimentos contaminados por agrotóxicos e outros produtos químicos, e cada vez mais se oferecem à população alimentos geneticamente modificados cujas conseqüências só o futuro poderá dizer. Por outro lado aumenta o número de famintos, que não têm acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e com a regularidade necessárias.

A Jornada Mundial de Jejum pela Paz afirma a necessidade urgente da reforma agrária para que um número maior de famílias possa se integrar ao processo produtivo de alimentos, acompanhada de uma reforma agrícola que promova a produção e o consumo dos alimentos saudáveis e agroecológicos, como garantia da segurança alimentar das famílias e a Soberania Alimentar da nação. Cada povo e região têm o direito de produzir e comer sua própria comida sem imposições do mercado controlado por corporações globais, como Syngenta, Monsanto, Bunge, ADM, Cargill, Dupont, Bayer, BASF, que querem o gradativo controle dos mananciais hídricos, das terras agricultáveis, da biodiversidade e da agrobiodiversidade, das bio e agrotecnologias e do mercado mundial de alimentos. As variedades de sementes *transgênicas* são seu principal instrumento e a ele os governos vêm cedendo, em desprezo ao princípio da precaução, fomentando a bio-insegurança ao invés de preveni-la.

Este gesto reafirma a necessidade da água ser considerada e defendida como um direito humano e um direito de toda a natureza, e se confronta mais uma vez com o projeto da Transposição do São Francisco que destina 70% das águas transpostas de um rio moribundo à produção de frutas nobres e agrocombustíveis, camarão e aço, para exportação, sob o discurso falacioso de garantir segurança hídrica ao Semi-árido.

É preciso rever os grandes projetos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) à luz de outros modelos de desenvolvimento, que atendam aos interesses de toda população, sobretudo dos mais pobres, e respondam aos desafios da crise ecológica. Para estes modelos apontam as diversas tecnologias de captação, armazenamento e uso de água implementadas por centenas de organizações sociais do Semi-árido e os processos mobilizadores da população em torno delas. Na mesma direção devem vir urgentemente as adutoras propostas pelo Atlas Nordeste da ANA – Agência Nacional de Águas. São ações descentralizadas, de muito menor custo e muito maior alcance territorial, social e ambiental do que a enganadora transposição.

Trata-se de modelos de vida e produção e relações que são mais de “envolvimento” do que de “desenvolvimento”, mesmo que este se diga “sustentável”. Vêm de baixo para cima, envolvendo pessoas, famílias e comunidades, em seus territórios, a partir de suas necessidades reais e através das suas organizações autônomas, o Estado a serviço delas.

A todas as pessoas de boa vontade convocamos a se integrar, individualmente ou em grupo, à Jornada Mundial de Jejum pela Paz e Soberania Alimentar, entre 16 e 18 de outubro próximo, e a se manifestar em defesa das águas, do direito humano à água e aos alimentos saudáveis, da agricultura camponesa, pelo fim da fome, pela ecologia e pela paz.

Assinam o Manifesto “ÁGUAS PARA A PAZ”, aderindo à Jornada Mundial de Jejum pela Paz e Soberania Alimentar (até 13/10/2008): Pax Christi International, Misereor (Alemanha), Via

Campesina Brasil (MST, MPA, MAB, MMC, FEAB, CPT, PJR), CPP, PACS, CESE, CARITAS, Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco.

\*Outras adesões sejam comunicadas à CPT Bahia (e-mail [cptba@cptba.org.br](mailto:cptba@cptba.org.br) ou tel. (0055) 71.8714-5724 - Andrea; 71.9208-6548 – Ruben; 31.9997-3440 - Érica) ou à Via Campesina / Nordeste (e-mail [viacampesinape@gmail.com](mailto:viacampesinape@gmail.com) ou tels. 81-3222-7569 81-9164-9758 - Paula), informando o número de pessoas em jejum e sua organização. O conhecimento e divulgação imediatos e posteriores destas adesões são importantes!

---

## **World Day of Fasting for Peace and Independence of Nourishment**

### **“Water for Peace” - Call for a solidary fasting on 18 October 2008**

We are calling upon you to join in on the day of fasting for peace and independence of nourishing worldwide and thus to defend free access to water and healthy food as a human right as well as support the petty farmers.

At the end of 2007 the Franciscan bishop Dom Luiz Cappio protested with fasting and praying for 24 days against the water diversion project of the Rio Sao Francesco. This was his means of supporting the lasting use of the natural resources of this semi arid region and a proper revitalisation of the Rio Sao Francesco.

**Pax Christi International** awards Dom Cappio and all those who fought with him the Pax Christi International Peace Award 2008. The awarding of the prize is going to take place together with the fifth Water Pilgrimage (Romaria das Aguas) that is going to take place in Sobradinho, Bahia on 18 October 2008. Numerous organisations and thousands of people are expected to come to the event “Water for Peace”.

During the World Nourishing Week the social movements of the Rio Sao Francesco region and of the northeast, the Via Campesina Brasilia and Pax Christi International are going to carry out a worldwide day of fasting for peace and independence of nourishing. These activities are part of the campaign of Via Campesina against genetically manipulated plants and continues the movement of solidary fasting that developed from the solidarity with Dom Cappio. Hundreds of people worldwide fasted for one or more days during the hunger strike of the bishop. Their action was a demonstration for a world of justice. This movement combines political aims and spirituality and is to be seen in the tradition of Gandhi’s, Luther King’s and many others’ non-violence which was founded by Jesus Christ himself.

We want to use this gesture to draw attention to the severe and growing conflicts about water. that affects one third of the world population, and to the growing control that some trans -national companies are exhibiting on land, production of and access to food.

The abundance and extravagance of the rich coincide with a growing endangering of the population by pesticides and genetically manipulated foods. At the same time the number of those who do not have regular access to enough quality food is constantly rising.

The world day for peace and independence of nourishment supports the immediate necessity for an agricultural reform to give more families the opportunity to produce their own food. This reform has to make the production and consumption of healthy and ecologically produced possible. Every people and every region have to have the right to produce and to consume their own food without being suppressed by global players like Syngenta, Monsanto, Bunge, ADM, Cargill, Dupont, Bayer and BASF. These companies are striving to control the water resources, the agricultural land, the biological and agricultural diversities, biotechnology and the global business with food. Their main asset is the development of genetically manipulated seeds which is made possible because the governments neglect their caretaking principles.

This gesture strengthens the necessity of recognising the access to water as a human right and as a universal right of creation. It explicitly opposes the diversion project of the water of the dying Rio Sao Francesco, which supports the production of fruit meant for export, of bio-fuel, of shrimps and steel by 70%.

The infrastructural mega-projects of the growth speeding programme have to be reconsidered in favour of another development programme that does not only take the need of the whole population into consideration, but looks especially at the needs of the poor, and which at the same time includes the challenge of the ecological crisis. Hundreds of fundamental organisations in the semi arid regions are already working accordingly on methods of water capacities and water usage. The by Atlas Nordeste of the ANA (Agencia Nacional de Aguas) proposed decentralised water supplies are just one example out of many. They are much less expensive and much more expansive in their social and local responsibilities than the apparent “solution” of the diversion of the Rio Sao Francesco waters. The life and production model is supported by the simple people who live and know about the real needs of the population of the region and their independent organisations.

Until today the following organisations, that will participate on the Global Day of Peace and Independence of Nourishment” have signed the Manifest “Water for Peace” (as of 13-10-2008) Pax Christi International, Misereor (Germany), Via Campesina Brasil (MST, MPA, MAB, MMC, FEAB, CPT, PJR), CPP, PACS, CESE, CARITAS, Forum Permanente em Defesa do Rio Sao Francisco, SERPAJ-Brasil e America Latina, International Free Water Academy.

Please tell CPT if your organisation wants to sign this manifest and who wants to participate in the fasting. e-mail [cptba@cptba.org.br](mailto:cptba@cptba.org.br) or tel. (0055)71.8714-5724; 71.9208-6548 – Ruben; 31.9997-2440 – Erica) or Via Campesina / Nordeste (e-mail [viacampesinape@gmail.com](mailto:viacampesinape@gmail.com) or tel 81-3222-7569 81-9164-9758 – Paula) This is important to enable us to publish the participants!

## **Dia Nacional de Luta pela Soberania Alimentar e Contra o Agronegócio – Sítio Eletrônico da CPT – 16/10/2008**

No dia 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação, as mulheres dos Movimentos da Via Campesina realizam mobilizações em todo o país na luta pela Soberania Alimentar e Contra o Modelo do Agronegócio.

As camponesas denunciam os altos preços dos alimentos e o modelo agro-exportador do agronegócio que destrói a natureza, contamina o solo, produz a monocultura e escraviza os trabalhadores.

**Soberania Alimentar** - Um povo só alcança sua soberania alimentar quando os camponeses tiverem o controle sobre as sementes e a produção de alimentos. Combatemos o agronegócio, que mercantiliza nosso alimento e, conseqüentemente, a própria vida. Lutamos para construir um novo modelo de desenvolvimento do campo, com prioridade para o abastecimento do mercado nacional, que valorize, o meio ambiente e a vida humana, garantindo assim as futuras gerações.

**Produção de alimentos saudáveis** - As camponesas cobram do Governo Federal a criação de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento da agricultura camponesa e agroecológica, com subsídios e créditos agrícolas especiais aos Assentamentos da Reforma Agrária e os pequenos camponeses.

O cultivo agroecológico é um instrumento de resistência contra esse modelo de "globocolonização", ao qual o Brasil está submetido, e no qual cumpre o papel de produtor de matéria prima para sustentar o padrão consumista dos países "desenvolvidos". Restando a miséria e a fome ao povo brasileiro.

A consolidação de um modelo baseado na agroecologia só será possível com a realização da Reforma Agrária e por meio de um amplo processo de educação do campo. Os trabalhadores lutam pelo direito de ter onde produzir alimentos para o sustento de suas famílias e para o abastecimento do mercado local, assegurando a soberania alimentar do país.

**MULHERES DA VIA CAMPESINA EM DEFESA DA VIDA E DA SOBERANIA ALIMENTAR - REFORMA AGRÁRIA JÁ!**

**Ruralistas pegam carona na MP 442 e pedem nova renegociação de dívidas** – Denise Madueño  
– Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/10/2008

Deputados ruralistas querem pegar carona na medida provisória que permite o Banco Central socorrer bancos (MP 442) para tentar renegociar dívidas. Concluído o prazo de apresentação de propostas de modificação da MP, foram entregues 39 emendas que beneficiam o setor, muitas de conteúdo idêntico. No total, a MP recebeu 74 propostas de modificação de deputados e de senadores.

Os líderes da base e da oposição fecharam um acordo, com o apoio do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), de votar a MP na Casa no dia 28 de outubro, depois do segundo turno das eleições municipais.

Entre as propostas, está a retomada da renegociação da dívida dos produtores. Os deputados querem alterar a taxa de correção do crédito rural inscritas na Dívida Ativa da União. A correção muda da taxa Selic para a TJLP. Essa condição tinha sido incluída na medida provisória 432, que permitiu a renegociação das dívidas rurais, mas foi vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

**Agricultores do Pronaf A/C podem aderir à renegociação** – Sítio Eletrônico do MDA – 16/10/2008

Agricultores familiares com operações de crédito do Grupo A/C do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) podem aderir, até o dia 14 de novembro, à renegociação das dívidas pela Lei 11.775/08. Cerca de 15 mil agricultores devem procurar os bancos para usufruir o direito à adesão referente às operações realizadas coletivamente nos anos de 2000 e 2001.

O prazo para adesão foi determinado na Portaria 241 do Ministério da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União, na quarta-feira (15). Esta portaria estabelece, ainda, que a União compre operações de crédito feitas por bancos públicos federais, para custeio da produção de assentados do Pronaf do Grupo A/C. Com essa compra, esses assentados também terão o direito de renegociar sua dívida.

De acordo com o diretor de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, a determinação da Portaria vai proporcionar igualdade entre os assentados que contrataram operações de crédito com risco assumido pela União e aqueles que ajustaram operações com risco sob responsabilidade do sistema bancário. Antes deste benefício, os agricultores do Grupo A/C com operações de risco para os bancos, realizadas em 2000 e 2001, não poderiam se beneficiar das medidas de renegociação das dívidas.

Guadagnin explica que em 2003 o Grupo A/C passou a ter apenas risco da União. "A medida é muito boa para o agricultor, que agora poderá ir ao banco até 14 de novembro e aderir a renegociação das dívidas, podendo, também, obter descontos e bônus". No caso de liquidação integral em 2008, será concedido bônus de 40% sobre o saldo devedor.

No Noroeste de Minas, em área que abrange cidades como Paracatu e Arinos, cerca de 600 famílias serão beneficiadas pela Portaria, como informa o presidente do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Paracatu, Damiron Rodrigues da Silveira. Ele explica que vários agricultores não conseguiram pagar suas operações da safra 2000/2001 e, como havia risco bancário e aval cruzado, ou seja, um assentado sendo avalista do outro, esses produtores tornaram-se inadimplentes e não puderam participar de outras renegociações possibilitadas pelo governo nos últimos anos.

Como a publicação da portaria era aguardada, como resultado das recentes discussões promovidas entre o público a ser beneficiado por suas determinações, Silveira conta que o sindicato vinha orientado os agricultores a entregar aos bancos as adesões. "Fizemos reuniões no sindicato, reunimos os agricultores para que fizessem a adesão. Agora, com a portaria vai melhorar bastante para nós", avalia.

**Adesão** - João Guadagnin explica que a adesão à renegociação não apresenta dificuldades ao agricultor, bastando, para isso, que produtor redija uma solicitação simples, contendo nome completo, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a declaração de que está aderindo à renegociação de dívidas rurais da Lei 11.775/08 (antiga Medida Provisória 432).

Após o prazo de adesão, os bancos realizam a análise do caso de cada agricultor para que, até 31 de dezembro, ele seja informado sobre a situação de sua dívida e possa optar pelo pagamento integral da dívida ou pela renegociação, ou seja, a ampliação do prazo de pagamento.

“Aqueles que não aderirem, perderão essa oportunidade. Além disso, caso o agricultor familiar beneficiário dessa medida de renegociação não se manifeste até 14 de novembro, poderá ficar impedido de efetuar transações financeiras, como manter conta em banco e tomar empréstimos. Em alguns casos, o nome desse agricultor poderá ser inscrito na Dívida Ativa da União”, avisa Guadagnin.

Mais informações sobre a adesão podem ser obtidas nos bancos ou no site da Secretaria de Agricultura Familiar (<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?scid=1876>).

## **Polícia gaúcha reprime com violência manifestações no Dia Mundial da Alimentação – Sítio Eletrônico da CPT – 17/10/2008**

Ontem, dia 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação e dia de protestos para a Via Campesina em defesa da soberania alimentar, várias atividades e manifestações foram realizadas pelo país. Em 12 estados os movimentos e entidades sociais ligadas à Via Campesina denunciaram a responsabilidade do agronegócio e das empresas transnacionais da agricultura pela elevação dos preços dos alimentos e em defesa da soberania alimentar e da pequena agricultura. No Brasil, a cesta básica exige 52,8% do salário mínimo, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Com o encarecimento do preço, os alimentos vão consumir uma fatia ainda maior da renda da população.

Na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, no início da tarde do dia 16, os 28 professores das escolas do MST que estavam em greve de fome há 62 horas, encerraram a greve. A manifestação foi motivada pelo não pagamento dos salários por 11 meses e a declarada intenção da governadora Yeda Crusius de fechar as escolas nos assentamentos e acampamentos do MST. Houve a promessa por parte do governo do pagamento de seis meses dos salários em atraso, mas, ainda permanecem pendentes o pagamento dos cinco meses restantes. A CPT no Rio Grande do Sul fez uma visita aos grevistas e percebeu que nem água eles poderiam beber, pois lhes eram vedados os

banheiros dos prédios públicos no entorno do local da greve, além de eles serem constantemente vigiados pela tropa policial do governo Yeda.

Ainda no mesmo dia, em Porto Alegre, às 8h30 houve em frente ao supermercado Nacional (da rede internacional Wall-Mart) uma manifestação das organizações do campo e da cidade, pelo Dia Mundial da Alimentação, pela soberania alimentar, contra as monoculturas e contra o agronegócio. Logo depois, em caminhada, o povo se dirigiu ao salão de Igreja da Pompéia e com a presença de cerca de 1.200 trabalhadores aconteceu um Seminário com o tema “Soberania alimentar e desdobramentos”. Às 14h30, professores estaduais, Sindiágua, bancários em greve (que haviam nesse mesmo dia sido violentamente reprimidos pela Polícia Militar), metalúrgicos, MST, MMM, MMC, servidores da justiça, MTD, Centrais Sindicais, Pastorais, enfim mais de 10 mil trabalhadores seguiram em caminhada até o Palácio Piratini, sede do governo estadual, na 13ª Marcha dos Sem.

A Polícia Militar do governo Yeda, com todo seu aparato de cavalos, pelotão de choque e dezenas de soldados e com armamento pesado repeliu violentamente a manifestação impedindo a chegada até o palácio. A manifestação se fazia pacífica, mas para amedrontar foram jogadas bombas de efeito moral e tiros de balas de borracha, que feriram 17 manifestantes, alguns com ferimentos graves. Após negociações com deputados e com o comando da PM gaúcha, foi encerrada a manifestação com a ida dos manifestantes até a frente do palácio cantando o Hino Riograndense.

**Manifestações e atos no restante do País** - No **Paraná**, cerca de 1.000 camponesas da Via Campesina, Assembléia Popular e Movimento Popular de Mulheres de Sarandi liberaram, pela manhã, cancelas de seis praças de pedágios. Os pedágios são um dos principais entraves para a pequena agricultura, que encarecem a distribuição dos produtos agrícolas, prejudicando os produtores no campo e os consumidores nas cidades. As cancelas foram liberadas nas praças de São Luiz do Purunã, Cascavel, Imbaú, Ortigueira, Marialva e São Miguel do Iguaçu.

Em **São Paulo**, aconteceram atos em quatro municípios, em defesa da Reforma Agrária e da pequena agricultura. Na capital do estado, cerca de 600 pessoas da Assembléia Popular, MST e MTST fizeram uma marcha na região da Avenida Paulista. Os manifestantes fizeram um ato no estacionamento do supermercado Extra, na Brigadeiro Luís Antônio, para denunciar que grandes empresas estão controlando a comercialização e o preço dos alimentos. No ato, o MST distribuiu à população arroz produzido em um assentamento da Reforma Agrária. “Nós produzimos alimentos para a população, enquanto as grandes empresas da agricultura e supermercados produzem lucro, pobreza e fome”, afirma José Batista, da coordenação do MST.

Em Itapeva, cerca de 150 pessoas ocuparam a sede do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) para exigir que seja acelerado o processo de assentamento das famílias da região, além de estrutura para os acampamentos e uma audiência com o Governo do Estado.

Em Presidente Prudente, na região do Pontal do Paranapanema, 500 pessoas se manifestaram no pátio do Itesp em busca da regularização das famílias que estão vivendo à beira da estrada, além de mais acesso aos créditos para a Reforma Agrária. Na região do Vale do Paraíba, em São José dos Campos, 200 pessoas ocuparam pela manhã um supermercado para protestar contra a crise dos alimentos. Depois, foi realizada uma marcha em direção ao centro da cidade para realização de um ato.

Na região de Campinas, interior do estado, 200 manifestantes fizeram protesto contra a crise alimentar e pela defesa dos direitos. Também foi realizada uma distribuição de alimentos simbólica, em forma de protesto.

Em **Pernambuco**, camponeses e camponesas da Via Campesina realizaram em três regiões atividades em defesa da Soberania Alimentar. No Recife, a Via Campesina e a Marcha Mundial das Mulheres fizeram panfletagem e distribuição de alimentos no Bairro de Água Fria. As organizações realizaram ato em frente ao McDonald's, da Rua 7 de Setembro. Em Carpina, a Via Campesina realiza uma feira agroecológica e, na região do Sertão do São Francisco, aconteceram debates sobre soberania alimentar em universidades e escolas.



No **Rio de Janeiro**, mulheres do campo e da cidade fizeram marcha na capital para denunciar a responsabilidade do agronegócio na elevação do preço dos alimentos. O ponto alto da manifestação aconteceu em frente ao supermercado Sendas da Rua do Riachuelo. Os manifestantes pararam em frente à empresa e estenderam um longo tapete-painel com frases de denúncia em relação à alta dos preços dos alimentos. À tarde, mulheres da Via Campesina fizeram manifestação em Belford Roxo, marchando em direção à Bayer, umas das maiores empresas do agronegócio, com a produção de insumos agrícolas.

No **Ceará**, 350 manifestantes partiram pela manhã do Mercado São Sebastião, um local simbólico de comercialização de produtos da agricultura camponesa em Fortaleza, e seguiram em marcha ao supermercado Bom Preço, da rede Wal-Mart.

No **Rio Grande do Norte**, cerca de 300 pessoas marcharam até o Idema (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente) para reivindicar a desocupação da empresa RC Química da área de preservação ambiental no assentamento São Sebastião. Logo depois, cerca de 300 pessoas marcharam até dois supermercados Hiper, onde foram realizados atos pela soberania alimentar. As mobilizações em torno do Dia Internacional da Luta pela Soberania Alimentar no Rio Grande do Norte tiveram início na terça-feira, quando cerca de 200 pessoas ocuparam a superintendência do Incra, em Natal.

No **Maranhão**, cerca de 500 trabalhadores rurais estão acampados na Praça de Fátima, no centro de Imperatriz, em defesa da soberania alimentar e da Reforma Agrária. “Só a Reforma Agrária pode garantir a soberania alimentar do povo”, afirma Noé Rodrigues, da coordenação da Via Campesina.

Os manifestantes fizeram marcha pelo centro da cidade até o Incra para cobrar o assentamento das 2800 famílias acampadas e investimento público para produção agrícola e obras de infra-estrutura nos assentamentos. No começo da noite, acontece um ato público com a sociedade civil.

No **Espírito Santo**, uma equipe do MST realizou audiência com o Incra para discutir o andamento do processo do assentamento Otaviano de Carvalho, com o apoio de diversos setores da sociedade. Desde o começo da semana, acontecem seminários sobre a crise dos alimentos e a questão dos transportes, com a Via Campesina e Intersindical.

No **Mato Grosso**, mulheres da Via Campesina fizeram ato em Campo Verde (131 quilômetros de Cuiabá) para marcar o Dia Internacional de Soberania Alimentar, com a distribuição de alimentos produzidos nas áreas da Reforma Agrária.

Na **Paraíba**, Assembléia Popular e Via Campesina realizaram uma marcha pelo centro de João Pessoa contra o aumento do preço dos alimentos e da energia elétrica, que consomem parte substantiva da renda dos trabalhadores.

Em **Minas Gerais**, cerca de 400 pessoas da Assembléia Popular abriram diálogo com a sociedade sobre a questão dos preços elevados dos alimentos, o preço da energia e a criminalização da pobreza. Para esta sexta-feira, está prevista uma marcha no centro de Belo Horizonte, denunciando uma das grandes redes de supermercado do país.

Ainda estão previstos atos para esta sexta-feira. O 16 de outubro é Dia Mundial da Alimentação, definido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Dia Internacional em Defesa da Soberania Alimentar, da Via Campesina, quando organizações camponesas, movimentos de mulheres, ambientalistas e consumidores fazem manifestações em o todo mundo para denunciar problemas e apresentar propostas.

A Assembléia Popular é um espaço de articulação de movimentos sociais urbanos, comunidades locais, pastorais, igrejas, sociedade civil e redes de organização popular. A Via Campesina é uma coalizão de movimentos do campo, formada por MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), CPT (Comissão Pastoral da Terra), Abra (Associação brasileira de reforma agrária), Feab (Federação dos Estudantes de Agronomia), PJR (Pastoral da Juventude Rural), indígenas e quilombolas.

O reforço emergencial de R\$ 5,5 bilhões para o crédito rural, aprovado na terça-feira pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), se chegar a tempo aos agricultores, aliviará as dificuldades financeiras que eles vinham enfrentando num momento de crise. Há dias, em entrevista ao Estado, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, manifestara preocupação com a falta de financiamento, que poderia levar até à quebra da próxima safra, pois “o trator já está no campo”. As perspectivas para a próxima safra já não eram brilhantes. O agravamento da crise financeira global fez secar muitas fontes de financiamento para os produtores rurais e, se providências não fossem tomadas rapidamente, o plantio poderia ser prejudicado.

O primeiro levantamento da intenção de plantio da safra 2008/09 realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), cujos resultados foram divulgados na semana passada, apontou para uma pequena variação da próxima colheita de grãos em relação à anterior. Na hipótese mais negativa, a safra 2008/09 poderá ser 1,2% menor do que a anterior; na melhor das hipóteses, poderá haver um aumento modesto de 0,5%. A Conab baseou-se na estimativa de aumento entre 1,2% e 2,7% da área plantada e na projeção de redução da produtividade média da lavoura, porque a safra passada registrou uma produtividade muito alta para os padrões da agricultura brasileira.

É preciso destacar que a visita dos pesquisadores da Conab aos principais municípios produtores para a elaboração do levantamento foi feita em setembro. De lá para cá, o cenário econômico mudou muito. A crise global agravou-se rapidamente, num período em que a agricultura estava particularmente vulnerável. Em condições normais, os produtores já têm dificuldade de acesso aos créditos, por causa dos riscos da atividade, que sempre deixam dúvidas sobre a capacidade do agricultor de pagar suas dívidas no prazo e nas condições contratadas. Desta vez, a escassez de crédito coincidiu com o início do plantio.

O aumento, em R\$ 5,5 bilhões, do volume de recursos que os bancos terão para aplicar no financiamento da próxima safra decorre da elevação, aprovada pelo CMN, de 25% para 30% da parcela dos depósitos à vista obrigatoriamente destinada para o crédito rural. Como compensação para os bancos, o CMN aprovou a redução, de 45% para 42%, do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista. A compensação, que deve liberar R\$ 3,6 bilhões para os bancos, não cobre inteiramente o valor adicional que terá de ser aplicado em crédito rural. Assim, os bancos terão de reduzir outras operações de crédito para aplicar mais na agricultura.

O crescimento dos depósitos à vista em ritmo mais lento do que o governo previa - a estimativa era de um crescimento médio de 15%, mas os depósitos estavam aumentando apenas 1% ou 2% - era motivo forte para justificar a decisão do CMN. Mas maior ainda era a preocupação do governo com a falta de crédito que poderia afetar a produção agrícola e pressionar os preços dos alimentos.

Há cerca de duas semanas, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, havia anunciado a antecipação da liberação de R\$ 5 bilhões reservados pelo Banco do Brasil para o crédito rural. Mas o dinheiro era insuficiente, daí a liberação extraordinária de novos recursos.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) reconheceu que os recursos adicionais aprovados pelo CMN - que terão juro de 6,75% ao ano - aliviam a situação, mas advertiu que os agricultores terão dificuldades de acesso a esse dinheiro. Isso porque os bancos podem condicionar a liberação dos empréstimos ao cumprimento de exigências rigorosas que parte dos agricultores não pode atender. Além disso, os recursos podem ser insuficientes.

O governo avalia outras medidas que poderão ser tomadas para assegurar o financiamento necessário para a agricultura. Uma delas pode ser a destinação de recursos para as empresas exportadoras. Um dos fatores que levaram ao aumento da demanda por crédito bancário foi a redução dos créditos oferecidos aos agricultores por essas empresas. Pressionadas por suas matrizes, elas passaram a enviar recursos para o exterior, o que limitou sua capacidade de financiar os produtores brasileiros.

### **Falta de crédito frustra plano de safra – Márcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/10/2008**

A escassez de crédito deve frustrar as expectativas do governo de bater mais um recorde de produção de alimentos no ano que vem. A safra 2008/2009 de arroz, feijão, soja, milho, algodão e outros grãos, que começa a ser plantada no Centro-Sul do País, está projetada em 144,55 milhões de toneladas, segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) feita no início deste mês.

▪ [Crise](#): as medidas ao redor do mundo

Nas últimas semanas, com o freio nos financiamentos para a compra de insumos essenciais para o plantio, como fertilizantes e defensivos, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) já vê risco de queda de, no mínimo, 5% nos volumes em relação ao que projetado. Isso significa 7,2 milhões de toneladas de grãos a menos na oferta doméstica e nas exportações e um recuo de 4,5% em relação à safra 2007/2008, que atingiu o recorde de 143,8 milhões de toneladas. Se a safra 2008/2009 for menor que a anterior, será a primeira queda em volume em três anos.

“A estimativa de redução é conservadora”, diz o presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da CNA, José Mario Schreiner. Ele observa que, se a falta de crédito persistir nos próximos 30 dias, período crucial para o plantio da safra de verão, o risco de afetar a produção cresce.

Como a agricultura é uma atividade sazonal, os insumos têm época certa para serem aplicados na lavoura. Não adianta o dinheiro chegar para a compra do adubo ou do defensivo quando passou essa fase. O reflexo da falta de crédito é a queda na produtividade, pois já há agricultores dispostos a plantar sem adubo.

Na semana passada, o governo tomou medidas emergenciais para irrigar o crédito para a agricultura. Diminuiu a alíquota dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais no Banco Central (BC). Com isso, as instituições têm agora R\$ 5,5 bilhões a mais para financiar o plantio. “Se esse dinheiro chegasse às mãos do agricultor, seria suficiente”, diz Antonio Chavaglia, presidente da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo), importante pólo de produção de soja. O problema é que os recursos ainda não foram liberados ao produtor.

“O governo está colocando mais dinheiro nas mãos dos bancos, ajudando os gordos a ficarem mais gordos”, critica o conselheiro da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) do Estado do Mato Grosso e vice-presidente da Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão, Carlos Augustin. Ele diz que a situação é crítica no Mato Grosso porque a crise de crédito coincidiu com o vencimento dos empréstimos da safra passada. O Estado responde por 30% da produção de soja e pela metade da safra de algodão.

No caso do algodão, é praxe o agricultor quitar o financiamento para venda externa da safra passada (ACC) nesta época do ano e renová-lo imediatamente. “Hoje o banco está exigindo a quitação do empréstimo antigo sem a renovação da linha de crédito”, relata Augustin.

O quadro se agrava porque a outra fonte de crédito - as grandes processadoras de grãos e as indústrias de fertilizantes costumam negociar os grãos fornecendo insumos - também secou. Levantamento da Aprosoja revela que, em 2007, 70% dos produtores de Mato Grosso tinham obtido recursos com fornecedores de insumos e companhias tradings para o plantio da safra de soja. Neste ano, foram 24%. “As tradings se recolheram e as processadoras de adubos em Rondonópolis (MT) estão estocadas”, diz Augustin.

Não bastasse a falta de crédito, há o temor de financiar o agricultor por causa do recuo do preço dos grãos no mercado externo e da elevação de custos, puxados especialmente pelos fertilizantes, que subiram 50% em dólar em relação a 2007.

Em Mato Grosso, exemplifica Augustin, o custo do hectare para plantar soja nesta safra é de US\$ 800. Em março, quando o grão valia US\$ 14 por bushel na Bolsa de Chicago, a receita esperada era de US\$ 700 por hectare. De lá para cá, o preço da soja caiu para US\$ 9 por bushel. “Quem vai querer financiar o produtor nessa situação de prejuízo garantido?”

## **IMPACTO DA CRISE**

**144,55 milhões** de toneladas de grãos é a previsão da Conab para safra 2008-2009

**7,2 milhões** é o quanto deve ser ofertado a menos de grãos no mercado interno e nas exportações, segundo projeção da CNA

**4,5%** é o recuo em relação à última safra

**143,8 milhões** de toneladas foi a safra de grãos no período 2007-2008

**Área plantada deve ser mantida** – Márcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/10/2008

Nas últimas semanas, a indústria de fertilizantes sentiu nas vendas a freada na liberação do crédito dos bancos para o plantio da safra de verão. Neste mês, as entregas de adubo estão 25% abaixo das realizadas em outubro de 2007, afirma o diretor-executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), Eduardo Daher. De janeiro a setembro, os volumes tinham crescido 4% na comparação anual.

Ele ressalta que o quadro só não é pior porque houve uma certa antecipação de compras no primeiro semestre. Esse movimento ocorreu especialmente com os agricultores do Sul do País, que estão mais capitalizados em relação a outras regiões produtoras, como o Centro-Oeste. Muitos agricultores decidiram antecipar as compras para se resguardar de novas altas de preço do fertilizante.

O impacto da falta de crédito nas compras de insumos básicos também foi detectado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). “Cerca de 20% dos insumos para o

plantio da safra ainda não foram adquiridos pelos agricultores para esta safra”, afirma presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da entidade, José Mario Schreiner.

**MINHOCA** - O risco de queda na produção da próxima safra de grãos deve refletir o menor uso de insumos que asseguram a produtividade das lavouras, já que, apesar das restrições de crédito, a intenção do produtor é manter a área plantada de 2007.

“Agricultor é como minhoca: se tirar da terra morre. Ele tem de plantar”, diz Claudio Francisco Bianchi Rizzato, vice-presidente da Coamo, cooperativa agroindustrial de Campo Mourão, no Paraná, a maior da América Latina. A expectativa da Coamo para soja e milho é repetir nesta safra a área plantada do ano passado, que foi de 1,4 milhão de hectares e de 250 mil hectares, respectivamente. Além do Paraná, a cooperativa reúne produtores de Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina.

Em Mato Grosso, a área plantada com soja também ficará estagnada em 5,6 milhões de hectares nesta safra, mas a produção deve recuar 3% por causa do menor uso de tecnologia, segundo levantamento da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) do Estado.

A história se repete em Goiás, mais especificamente na região de Rio Verde, outro importante pólo produtor de soja. De acordo com o presidente da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo), Antonio Chavaglia, a expectativa inicial é semear 1 milhão de hectares com o grão, a mesma área de 2007.

É consenso entre produtores que a safra 2008/2009 é de “alto risco”. “Estamos plantando no escuro”, diz Chavaglia. Os agricultores estão esperando a chuva, o crédito, de olho na queda das commodities e sem noção onde o câmbio vai parar.

### **Governo pretende acelerar desoneração do agronegócio – Leandra Peres – Folha de São Paulo – Dinheiro - 28/10/2008**

De olho no efeito da crise internacional sobre as exportações, o governo vai acelerar a inclusão do agronegócio no regime especial de desoneração, o chamado "drawback verde-amarelo", que poderá reduzir os custos de insumos do setor, especialmente ração, e melhorar a competitividade das vendas externas.

A medida em estudo permitirá que os exportadores comprem milho, farelo de soja, complementos vitamínicos, entre outros, no mercado interno e tenham crédito do PIS/ Cofins, contribuições que financiam a seguridade social, e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Na prática, o "drawback" funcionará como uma desoneração desses tributos. Um dos maiores beneficiados pela medida será o setor de aves, em que o benefício chega a 9,5%, de acordo com cálculos da Abef (Associação Brasileira de Exportadores de Frango). A venda de suínos e carne também poderia ser beneficiada com a medida do governo.

O sistema que permite a compra de insumos no mercado interno com o abatimento de impostos já está em operação desde o início de outubro para o setor industrial. Até então, só havia benefício para os insumos importados e que fossem usados na fabricação de produtos exportados. O agronegócio não foi incluído no chamado "drawback verde-amarelo" porque o governo considera necessária uma mudança na legislação. A lei diz que, para obter o benefício fiscal, os produtos usados na fabricação têm que ser incorporados ao que é exportado.

A área jurídica entende que, no caso do agronegócio, a incorporação não é diretamente caracterizada, como no caso da indústria.

A mudança tem apoio dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. As negociações para a desoneração ao agronegócio também já começaram com a Receita Federal. O governo deve pegar carona numa Medida Provisória e incluir um texto menos específico. "Nesse momento de crise, [a desoneração] torna-se extremamente significativa", afirma o presidente da Abef, Francisco Turra, que já foi ministro da Agricultura.

Para o governo, a medida é vista como complementar aos esforços para não deixar que as exportações caiam num cenário de desaquecimento da economia mundial. A retirada do imposto reduz o custo dos produtores e aumenta a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. Segundo Turra, as exportações de frango ainda não sofreram reduções no volume, mas já há pressão crescente dos compradores por reduções de preço e aumentos nos prazos de pagamentos. Em dois dos três principais mercados para o frango brasileiro -Rússia e Japão- já há sinais de redução nos pedidos. As compras nos países do Oriente Médio ainda estão robustas. Hoje, 35% da produção nacional de frango é exportada.

Além da nova desoneração, já foram liberados recursos extras para compensar a queda de crédito aos agricultores. Desde setembro, quando a crise financeira piorou, o Banco do Brasil antecipou o uso de R\$ 5 bilhões que seriam liberados na próxima safra e o CMN (Conselho Monetário Nacional) autorizou o repasse extra de R\$ 5,5 bilhões ao setor neste ano. Além disso, os agricultores que renegociaram suas dívidas tiveram sua classificação de risco para novos empréstimos melhorada, o que facilita novos financiamentos.

### **Produtores rurais prevêm ciclo de dívidas – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro - 28/10/2008**

Na expectativa de ao menos se aproximar das marcas da safra passada, mesmo diante das dificuldades de crédito causadas pela crise financeira, os produtores rurais fazem previsões pessimistas para a safra seguinte, a partir de meados do ano que vem. Alguns já falam que o período 2009/2010 será o início de um novo ciclo de endividamento.

Diferentes fatores levam à avaliação, como o custo da produção (elevado pelos insumos, em especial), o dólar valorizado, a diminuição da margem de lucro e a queda no preço das commodities.

Para o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura), as entidades ruralistas "têm que parar de chutar", pois não possuem instrumentos para tais projeções. "Não tem capacidade e instrumentos para fazer esse tipo de previsão. Tem que parar de chutar. Esse pessimismo é extremamente temerário", disse o ministro, em referência à CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

A atual safra (2008/ 2009) tende a ser pouco afetada pela crise, iniciada num momento de plantio e posterior à compra de insumos. Os poucos atingidos, segundo o governo e os produtores, são os que deixaram para comprar adubos em cima da hora. Nesse caso, pagaram mais ou optaram por plantar numa mesma área com menos tecnologia, o que pode diminuir a produção. O governo fala numa safra 2008/2009 igual à de 2007/2008, enquanto a CNA prevê queda de pelo menos 5% na produção. "O cenário para a próxima safra [a de 2009/2010] é um grande ponto de interrogação, que vai absorver todo esse atual cenário, aumento do custo, queda dos preços, falta de crédito", afirma o dirigente da CNA José Mário Schreiner.

## CMN aprova ajuda a tradings do setor rural – Folha de São Paulo – Dinheiro - 31/10/2008

Além de elevar os recursos obrigatórios que os bancos têm de aplicar no financiamento do setor rural -como já era esperado-, o CMN (Conselho Monetário Nacional) aprovou ontem medidas para garantir liquidez ao mercado de papéis ligados a produtos rurais, operados principalmente por tradings.

A partir de segunda-feira, três bancos (Banco do Brasil, Basa e BNB) poderão destinar a esse mercado até 40% da parcela de recursos da poupança rural que precisam ser aplicados obrigatoriamente no setor rural. O limite anterior era de 5%.

O conselho também autorizou que tais papéis (chamados de Cédulas do Produto Rural) possam ser adquiridos pelos bancos não só de cooperativas rurais, associações e produtores. Também poderão ser comprados de tradings, da agroindústria e de fornecedores de insumos. "Isso foi necessário para alavancar o setor, dar mais liquidez. As tradings estão deixando de negociar, e é isso que fazia a safra girar", disse o gerente-executivo da área de aplicação obrigatória de crédito rural do BC, Deoclécio Pereira de Souza.

O governo havia anunciado que o conselho ampliaria de 65% para 70% a obrigatoriedade de aplicação da poupança rural no financiamento do setor rural. Isso injetará R\$ 2,6 bilhões no financiamento da agropecuária, que sofre retração de crédito. Segundo Souza, desse novo percentual, no mínimo, 60% devem ser destinados exclusivamente a operações de crédito rural. Os 40% restantes serão voltados para os papéis de produtores rurais.

**Cenário otimista** - Apesar da crise, o governo projeta um cenário otimista para o agronegócio nos próximos dez anos. De acordo com estudo divulgado pelo Ministério da Agricultura, a produção de grãos deverá aumentar em 28,7% até 2018 e a de carnes, em 51%. Segundo o ministro Reinhold Stephanes, os números já levam em conta cenários adversos. "O estudo é bem conservador", diz.

Para o governo, a produção de grãos (soja, milho, trigo, arroz e feijão) deverá passar de 139,7 milhões de toneladas para 179,8 milhões em 2018. No caso das carnes, o aumento será dos atuais 24,6 milhões de toneladas para 37,2 milhões de toneladas. "O setor pode crescer até mais", disse José Mário Schreiner, presidente da comissão de cereais da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

## Crédito agrícola tem mais R\$ 2,5 bilhões com novas regras da poupança rural – Sítio Eletrônico do MAPA – 31/10/2008

**Brasília (31.10.2008)** - O governo federal vai investir mais R\$ 2,5 bilhões no crédito agrícola. Os recursos serão transferidos da poupança rural, conforme resolução aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), nessa quinta-feira (31). Na prática, o total da aplicação das poupanças rurais no crédito agrícola passou de 65% para 70%. A medida vigora até 30 de junho de 2009.

Antes dessa decisão, já haviam sido liberados, adicionalmente aos recursos do Plano Agrícola, R\$ 10,5 bilhões para o custeio da próxima safra. O aporte extra visa a evitar problemas de liquidez relacionados à crise financeira. A mesma resolução do CMN (nº 3.625/2008) amplia a possibilidade de financiamento de Cédulas do Produto Rural (CPR), com recursos da poupança rural, pelos bancos oficiais. A ampliação do limite para financiar a CPR facilita a venda antecipada dos produtos agrícolas. Isso representa, na prática, mais liquidez para o setor. A Cédula de Produto Rural é um título líquido e certo, exigível pela quantidade e qualidade de produto nela previsto. *(Débora Pinheiro/Redação)*

## **Ampliado bônus do PGPAF para operações de investimento – Sítio eletrônico do MDA – 31/10/2008**

Agricultores familiares que realizarem financiamentos de investimento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) a partir da safra 2008/2009 poderão obter o mesmo desconto dos produtos incluídos no Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), que já oferecia bônus para as operações de custeio.

Os descontos serão válidos no investimento agropecuário, desde que a principal atividade financiada seja garantidora de pelo menos 35% dos empréstimos. Para demais financiamentos cujas atividades não estejam contempladas por essa medida, será aplicado um desconto considerando uma fração dos bônus dos produtos feijão, mandioca, milho e leite. A decisão foi anunciada na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), realizada na última quinta-feira (30), em Brasília (DF).

Outra medida da CMN foi a inclusão de 14 novas culturas no PGPAF: algodão, alho, amendoim, borracha natural, caprino de corte, ovinos de corte, castanha do Brasil, carnaúba, girassol, juta, malva, sisal, sorgo e triticale. O programa já incluía 15 outras culturas: arroz, café, inhame, cará, castanha de caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pimenta-do-reino, mandioca, soja, tomate e trigo.

Segundo o secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Adoniram Sanches Peraci, as medidas vieram em boa hora, estendendo a análise de custo mínimo para o Norte e o Nordeste para não desequilibrar a região. “Os agricultores têm uma segurança que o crédito vai estar coberto pela oscilação de preços. São produtos típicos como a carnaúba, o sisal, borracha, caprinos. Isso vai permitir que os agricultores familiares tenham acesso a um investimento em cima do que produz com segurança”, diz.

Peraci explica que as atividades atualmente contempladas pelo PGPAF são responsáveis por 86% do número de contratos e 87% do valor financiado nas operações de custeio do Pronaf. “Com a inclusão dessas novas culturas, o principal ganho será para a região Nordeste, que terá sua cobertura ampliada em 11%, igualando à taxa de cobertura das demais regiões”, avalia.

**PGPAF** - O PGPAF é uma garantia aos agricultores familiares de que seus financiamentos, no momento de serem pagos aos bancos, terão um desconto no valor financiado. Esse bônus é equivalente à diferença entre o custo de produção (preço de garantia) e o de comercialização (de mercado), caso este último esteja abaixo do custo de produção. O bônus é calculado mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que faz um levantamento nas principais praças de comercialização dos produtos da agricultura familiar e que integram o PGPAF. Dessa forma, garante-se que as famílias rurais não terão de se desfazer de seu patrimônio para pagar o financiamento, quando os preços estiverem abaixo dos custos de produção.

Os bônus das operações de custeio e investimento ficam limitados a R\$ 3,5 mil anuais por beneficiário do crédito rural, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2009, independente do número de operações de crédito. Foram também reajustados os preços do leite no PGPAF, que passaram de R\$ 0,47 para R\$ 0,60 por litro nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País; e de R\$ 0,45 para R\$ 0,47 no Centro-Oeste (exceto o Mato Grosso).

Para o milho, os preços passam de R\$ 16,50 para R\$ 18 por saca no Sul, Sudeste, Centro-Oeste (menos Mato Grosso) e Tocantins; de R\$ 13,20 para R\$ 14,50 em Mato Grosso e Rondônia; de R\$ 19 para R\$ 20 nas regiões Norte e Nordeste.



## PGPAF em 2009

Produtos	Unidade	Regiões e Estados	Preços de Garantia do PGPAF	
Algodão em caroço	Sc (15 kg)	Brasil	R\$ 14,40	
Alho tipo 5 - Extra	kg	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	R\$ 2,20	
Amendoim	Sc (25kg)	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	R\$ 18,07	
Arroz longo fino em casca	Sc (50 kg)	Sul (exceto PR)	R\$ 25,80	
	Sc (60 kg)	Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR	R\$ 30,96	
		Norte e MT	R\$ 25,50	
Borracha Natural	kg	Brasil	R\$ 1,53	
Café	Arábica	Sc (60kg)	Brasil (exceto ES e RO)	R\$ 211,75
	Conillon	Sc (60kg)	ES, RO	R\$ 124,40
Carne de Caprino/Ovino	kg	Nordeste	R\$ 4,57	
Cará/ Inhame	kg	Brasil	R\$ 0,75	
Castanha de Caju	kg	Norte e Nordeste	R\$ 1,25	
Castanha do Brasil (em casca)	hectolitro	Norte	R\$ 52,49	
Cebola	kg	Brasil	R\$ 0,60	
Pó Cerífero de Carnaúba - tipo A	kg	Nordeste	R\$ 4,00	
Feijão	Sc (60kg)	Brasil	R\$ 80,00	
Girassol	Sc (60kg)	Centro-Oeste, Sudeste, Sul	R\$ 18,68	
Juta/Malva	Embonecada (kg)	Brasil	R\$ 1,02	
	Prensada (kg)		R\$ 1,21	
Leite	litro	Sul, Sudeste	R\$ 0,60	
		Centro-Oeste (exceto MT)	R\$ 0,47	
		Norte e MT	R\$ 0,41	
		Nordeste	R\$ 0,60	
Mamona	Sc (60kg)	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP	R\$ 38,59	
Milho	Sc (60kg)	Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT), TO	R\$ 18,00	
		MT e RO	R\$ 14,50	
		Norte (exceto RO, TO), Nordeste	R\$ 20,00	
Pimenta do Reino	kg	Brasil	R\$ 2,11	
Raiz de Mandioca	t	Centro-Oeste, Sudeste, Sul	R\$ 98,85	

		Norte e Nordeste	R\$ 106,12
Sisal	kg	BA, PB e RN	R\$ 0,99
Soja	Sc (60kg)	Brasil (exceto MT, RO, AM, PA e AC)	R\$ 22,80
		MT, RO, AM, PA e AC	R\$ 18,30
Sorgo	Sc (60kg)	Centro-Oeste (exceto MT), Sudeste, Sul	R\$ 13,20
		MT e RO	R\$ 10,56
		Norte (exceto RO) e Nordeste	R\$ 17,10
Tomate	kg	Brasil	R\$ 0,65
Trigo	t	Centro-Oeste, Sudeste, Sul e BA	R\$ 480,00
Triticale	Sc (60kg)	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	R\$ 15,49

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op  
pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



**IIICA**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

